



A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO RIO GRANDE DO SUL E O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE): UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA

FERNANDA PEREIRA MORAIS¹; FERNANDA CAMILOTTO BORTOLUZZI²;
GABRIELA DEL-PONTE MOREIRA DA SILVA³; MATTHEUS VINICIUS GOMES
PESSANO⁴;
GERUZA TAVARES D'AVILA⁵

¹Universidade Federal do Rio Grande – acciofernanda@outlook.com

²Universidade Federal do Rio Grande – fecbortoluzzi@gmail.com

³Universidade Federal do Rio Grande – gabriela.delponte@gmail.com

⁴Universidade Federal do Rio Grande – mattheuspessano@gmail.com

⁵Universidade Federal do Rio Grande – geruzadavila@furg.br

1. INTRODUÇÃO

A conjuntura colocada anteriormente à pandemia do novo coronavírus no Brasil demonstra a tentativa contínua de precarização para a privatização através da diminuição de recursos para a educação. A partir do ano de 2015, os professores estaduais do Rio Grande do Sul (RS) tiveram seus salários parcelados através de medidas rígidas de ajuste fiscal do governador do estado à época, José Ivo Sartori, como tentativa de superar a crise fiscal relacionada à dívida do estado com a União (SEVERO; SEGUNDO, 2017), para além disso a precarização da educação não se resume ao já descrito, mas se estende a outras políticas de intensificação do trabalho. De acordo com Bobbio (2004, apud CHERON et al, p. 173, 2020) muitos desses retrocessos têm base na subsunção da educação à lógica do mercado, onde o pressuposto colocado é o estado mínimo e iniciativa privada ao máximo.

Para além disso, em 2020 somos submetidos à pandemia, cenário que incertezas e dúvidas em como lidar com esse novo desafio colocado pela necessidade de distanciamento e isolamento social. A adesão à utilização das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) como mediadora foi a única alternativa colocada para a continuidade do ensino no início da pandemia. Antunes (2020) exemplifica a situação colocada durante a pandemia em que o “sistema de metabolismo antissocial do capital” (ANTUNES 2020, p. 31) gera mais desemprego e desigualdade social, no entanto quem continua trabalho é submetido a uma maior exploração, já que deve comprar seus instrumentos de trabalho.

Diante desse cenário, as professoras e professores foram submetidos a utilização das TDICs para ministrar suas aulas de forma protegida, atuando a partir de casa em um modelo de educação a distância, ou seja, numa perspectiva de trabalho remoto ou *home office*¹. Dessa forma, o objetivo deste resumo é apresentar o histórico da precarização da docência no estado do Rio Grande do Sul e também abordar uma breve revisão da literatura acerca da atuação de professores durante a pandemia.

¹ Traduzido diretamente do inglês como Escritório em Casa, se refere a esse modelo de organização do trabalho que se realiza a partir de casa com o auxílio das TDICs (computadores, tablets, etc).



2. METODOLOGIA

Este resumo se trata de um recorte de uma pesquisa em andamento sobre os sentidos atribuídos ao trabalho por professoras da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul diante da pandemia de COVID-19, no âmbito da Psicologia Social. No resumo aqui apresentado, descreveremos um recorte da revisão de literatura da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a compreensão da centralidade na categoria trabalho e em seu papel na produção de sentidos, buscamos tentar sistematizar um delineamento de como o trabalho docente se caracteriza no Brasil durante a pandemia de COVID-19. Para isso, nos apoiamos na pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFMG) em parceria com a Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação - CNTE (2020) que buscou conhecer os efeitos da pandemia no trabalho docente da rede pública no país, através de um questionário online autoaplicado com uma amostra de 15.654 docentes da educação básica. Deste modo, destacamos alguns dados que consideramos importantes: 78% da amostra são mulheres, 84% estão em regime de ensino remoto emergencial, 71% afirmam não ter facilidade no uso de tecnologias digitais, 53,6% possui os recursos tecnológicos porém não possui preparo para aulas remotas e a maioria das professoras tem a percepção de aumento das horas trabalhadas. (GESTRADO/CNTE, 2020).

Para isso é preciso diferenciar a Educação a Distância (EAD) do Ensino Remoto Emergencial (ERE), o qual foi aderido no país em decorrência do momento pandêmico como alternativa para o prosseguimento das atividades pedagógicas. O ERE pode ser definido enquanto uma modalidade de ensino adotada em razão das restrições impostas pelo COVID-19, em que se exige o distanciamento geográfico entre professores e alunos (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020).

Dessa maneira, o processo de transformação política do mundo do trabalho se materializou com a popularização da plataforma digital Uber, trazendo a tona o termo “uberização” que alguns autores vão denominar como *Plataform Labour* - Trabalho de Plataforma (VAN DORN, 2017 apud ABÍLIO, 2020). Abrindo assim, possibilidades de um amplo processo de informalização do trabalhador, redefinindo relações de trabalho e avançando no processo de precarização dessas relações (ABÍLIO, 2020). Portanto, é possível articular e discutir esse processo de mudança que a pandemia da COVID-19 acarretou no *modus operandi* de lecionar aulas e afirmar que a educação hoje passa por um processo de uberização da sua forma. Nos referimos então ao movimento histórico de precarização da educação que vem ocorrendo no país e no estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a obrigatoriedade dos usos de plataformas digitais. Para isso, achamos necessário demonstrar como ocorreu esse processo anterior à pandemia e culminou na uberização colocada hoje para as professoras.

A partir da revista produzida mensalmente como forma de informativo das ações do sindicato e como agitativo para a classe de professoras chamada Sineta (CPERS) é possível traçar o movimento de avanço das políticas neoliberais adotadas contra a classe das professoras. Sendo assim, montamos a seguir uma



linha do tempo para compreensão e como forma de materializar essas informações:

FIGURA 1 - Linha do tempo a partir da revista sineta - CPERS

LINHA DO TEMPO A PARTIR DA REVISTA SINETA – CPERS

06/2019 • Luta contra a reforma da previdência; • 4 anos de salários parcelados, atrasados e sem reajuste; • 2º pior estado para ser educador; • Demissão de contratados em licença médica; • Meta de reduzir 2 mil turmas.

04/2020 • 6 anos de salários congelados e 56 meses de salários atrasados; • Tentativa de reabertura de escolas sem protocolos de segurança; • Sobrecarga de trabalho, exclusão e falta de auxílio financeiro; • Descontos na folha salarial.

04/2016 • Parcelamento + atraso dos salários e 13º; • PL 44: parceria com empresas para administrar escolas; • PL 242: retirada da licença-prêmio; • PL 257: Negociação da dívida com a união e penalização dos servidores; • PL 190: Escola sem partido.

08/2018 • Falta de reajuste salarial desde 2014; • Menos 6 mil profissionais desde 2014; • RS paga 51,3% do piso nacional; • 33,1% dos trabalhadores recebem menos que 2 mil reais; • Luta contra reforma do ensino médio.

12/2020 • Plantões e exposição de educadores durante a pandemia; • Fechamento de turnos, turmas e escolas; • Desmonte do EJA; • Educadores correspondem a 61,6% do funcionalismo estadual, mas 29,7% da folha de pagamento.

10/2016 • Reformas do Governo Federal; • Não pagamento do piso (defasado em 69,44%); • PEC 55: Congelamento de gastos; • Ameaça de demissão de concursados; • Falta de professores e funcionários de escola; • Falta de estrutura nas instituições

06/2017 • Greves nacionais da educação; • Desde 2014 se investiu menos 63,6%/110 milhões na educação; • Defasamento do piso em 82,42%; • PEC 256: Acaba com a licença para atuar nos sindicatos; • PEC 258: Acaba com adicionais por tempo de serviço; • 22 meses consecutivos de salários parcelados.

REFERÊNCIAS

CPERS, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul. **Sineta**, Porto Alegre, vários volumes, 2016-2020. Disponível em: <https://cpers.com.br/category/publicacoes/>. Acessado em: 26 Abr. 2021.

Fonte: Acervo Pessoal Próprio, 2021.

Essa configuração de educação e aprendizagem colocada a partir da pandemia sugere a transformação de recursos tecnológicos como ferramentas pedagógicas que devem ser utilizados e avaliados pelos professores, no entanto a formação dos professores não inclui o uso dessas ferramentas, o que tornou necessária a capacitação dos professores a esse novo meio de ensino (LUDOVICO et al., 2020). Nesse contexto também se percebe que há dificuldades ainda mais notórias, como são os casos de turmas de alfabetização, educação infantil, e de alunos com deficiências, em que os professores necessitam ainda mais do apoio e ajuda dos pais ou responsáveis pelos alunos.

De acordo com o estudo qualitativo feito por Ludovico et al. (2020), no qual foram realizadas entrevistas a professores do Paraná e do Rio Grande do Sul no intuito de visualizar os maiores desafios dos professores, as dificuldades de falta de recursos e acesso dos alunos foram relatadas como um grande problema para os professores de escola pública. Para os professores isso também se torna um desafio, já que “todos precisaram ter à disposição equipamentos como computadores, notebooks, com webcam e uma internet razoável; transformando-se em produtores e editores de vídeo aulas, entre outras funções antes não desempenhadas”.(LUDOVICO et al., 2020) Soma-se a essas questões a falta de apoio das instituições, assim como o desafio dos professores em encontrarem meios de motivar e manter contato com os estudantes.

Nesse sentido, o uso das TDICs na educação pública básica foi um enorme desafio, porque as escolas não estavam preparadas para utilizar essas ferramentas, atingindo negativamente os professores e estudantes. O que deságua também na discussão sobre a democratização do ensino, já que vivemos em país completamente desigual, e muitos brasileiros não possuem acesso à internet em suas moradias (BARRETO e ROCHA, 2020).

4. CONCLUSÕES

A priori desse cenário, a educação pública da rede estadual do Rio Grande do Sul vem sofrendo vários ataques na última década que foram potencializados com a chegada da COVID-19. Dado o exposto, pressupomos que a precarização e neoliberalização da educação, a pandemia do coronavírus e a utilização das TDICs impactam diretamente no trabalho docente em que as professoras encontram-se esgotadas, exploradas e desvalorizadas pelo Estado. Assim, percebemos a necessidade de buscar através da pesquisa compreender em como tem se articulado e construído esses sentidos atribuídos ao trabalho para a classe de professoras num momento atípico mas que carrega questões típicas do modelo econômico e hegemônico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 111-126. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>>. Acessado em: 26 Abr. 2021.

ANTUNES, R. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. E-Book. São Paulo: Boitempo, 2020

BARRETO, A. C. F.; ROCHA, D. S. Covid 19 e educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. **Revista Encantar**, v. 2., p. 1-11, 2020. Disponível em <<https://revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480/0>>. Acesso em 26 Abr. 2021.

CHERON, C; SALVAGNI, J; COLOMBY, R. K; GUILHERME, A. A. A precarização do trabalho docente na rede pública estadual do Rio Grande do Sul em meio à pandemia de Covid-19. In: Colomby, R. K et al (Org.). **A Covid-19 em múltiplas perspectivas** [livro eletrônico]. Goiania: Editora Espaço Acadêmico, p. 172-184, 2020

GESTRADO/ CNTE. **Trabalho docente em tempos de pandemia (Relatório técnico)**. 2020. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/relatorio-tecnico-trabalho-docente-em-tempos-de-pandemia>>. Acesso em 26 Abr. 2021.

LUDOVICO, F. M.; MOLON, J.; FRANCO, S.R.K.; BARCELLOS, P.S.C.C. Covid-19: desafios dos docentes na linha de frente da educação. **Revista Interfaces Científicas**, v. 10, n. 1, p. 59-73, 2020. Disponível em <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9166>>. Acesso em 26 Abr. 2021.

MOREIRA, J. M.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. **Revista UFG**, v. 20, p. 2-35, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438/36079>>. Acesso em 26 Abr. 2021.

SEVERO, R. G; SEGUNDO, M. A. C. S. OCUPATUDORS: socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 73–98, 2017. DOI: 10.20396/etd.v19i1.8647792. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647792>>. Acesso em: 26 Abr. 2021.